

Inclusão Digital: Revisão Teórica e Abordagens Quantitativas desse Tema em Trabalhos de Pós-Graduação no Brasil

Mateus dos Santos¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
(IFSULDEMINAS)
Poços de Caldas – MG – Brasil

¹Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar)
São Carlos – SP – Brasil

mateus.santos@ifsulde Minas.edu.br

Abstract. *Promoting digital inclusion is still a constant challenge in today's society. The limits of inclusion and the best actions to promote it ratify this. Literature reviews help to bring together ideas, proposals, and initiatives. This article presents a review in the literature for the topic digital inclusion. It also presents the results of a research done in master's and doctoral studies that approached this theme in Brazil. In this research, it is quantitatively related in which areas of knowledge these works occurred.*

Resumo. *Promover a inclusão digital ainda é um desafio constante na sociedade atual. Os limites da inclusão e as melhores ações para promovê-la ratificam isso. Revisões da literatura ajudam a reunir ideias, propostas e iniciativas. Este artigo apresenta uma revisão na literatura para o tema inclusão digital. Apresenta também os resultados de uma pesquisa feita em trabalhos de mestrado e doutorado que abordaram esse tema no Brasil. Nessa pesquisa, relaciona-se quantitativamente em quais áreas do conhecimento ocorreram esses trabalhos.*

1. Introdução

De modo geral, a definição de “inclusão digital” sugere acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Até pouco tempo atrás, as iniciativas para inclusão digital estavam mais preocupadas em como garantir o acesso físico às TIC's. De certa forma, era realmente uma preocupação válida, pois o custo elevado dos equipamentos impedia que boa parte da população tivesse oportunidade em adquiri-los e consequentemente utilizá-los. Com o passar dos anos, houve um crescimento significativo na diversidade de equipamentos de TIC's e, ao mesmo tempo, singela diminuição de seus custos. Isso significou, para os dias atuais, que o acesso físico a equipamentos de TIC's não representa um obstáculo tão grande.

No entanto, há um outro obstáculo que precisa ser vencido: como utilizar equipamentos de TIC's. Pessoas podem ter dificuldades em entender o modo de utilização desses equipamentos. Essas dificuldades podem ser explicadas pelas seguintes razões: a-) pessoas podem não ter experiência obtida no manuseio de outros equipamentos: como a diversidade de equipamentos em TIC's é mais recente, boa parte da população não teve a oportunidade em manusear muitos produtos, fato que

impossibilitou a aquisição de experiência de uso; b-) pessoas podem não ter interesse nos equipamentos: muitos equipamentos de TIC's servem para otimizar procedimentos corriqueiros. No entanto, se as pessoas não compreenderem a utilidade desses produtos, dificilmente terão interesse em manusear; c-) pessoas podem não entender como manusear os equipamentos de TIC's: o design das interfaces e os modos de interações dos produtos podem não ser intuitivos e fáceis de usar. Muitos equipamentos de TIC's, que estão no mercado hoje, foram desenvolvidos seguindo um modelo conceitual de interação de seus desenvolvedores, ou seja, os usuários necessitam aprender e compreender como eles foram projetados. Teoricamente, o ideal seria o contrário, ou seja, os produtos deveriam ter sido projetados de maneira que suas interfaces e modos de interação fossem intuitivos para os usuários.

Diante deste contexto, entende-se que o desafio da inclusão digital está além do acesso às TICs. Está também relacionado à compreensão e entendimento do usuário quanto ao modo de utilização dos produtos digitais. Assim, é importante que as iniciativas voltadas para inclusão também tenham abordagens relacionadas a isso.

Este artigo apresenta uma revisão na literatura sobre o tema, mostrando que há abordagens relacionadas ao acesso, à capacitação dos usuários, à capacitação dos desenvolvedores, às contribuições sócias e a outras iniciativas. Além disso, este artigo apresenta os resultados quantitativos de dissertações de mestrado e teses de doutorado no Brasil. Essa pesquisa relaciona os anos de publicação e as áreas do conhecimento.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: seção dois apresenta revisão na literatura; a seção três apresenta dados quantitativos relacionando áreas em teses e dissertações; a seção quatro apresenta as conclusões seguidas das referências utilizadas.

2. Revisão da Literatura

O trabalho de Silveira (2005) ratifica a importância de promover o acesso à internet como requisito mínimo desejável para se tratar de inclusão. O autor ratifica que o uso de computadores sem acesso à internet, nos dias atuais, não faz muito sentido. Ele cita ainda que o entendimento de uso da ferramenta de e-mail é absolutamente essencial, devendo assim ser item necessário em iniciativas de capacitação.

Cik *et al* (2015) apontam a importância na ampliação da rede sem fio em locais onde a rede cabeada não permite. Segundo eles, é uma solução complementar que visa antecipar ações voltadas para inclusão digital. No trabalho, os autores fazem simulações de cenários com essa proposta. Hashim *et al* (2011) afirmam que ações políticas podem favorecer a promoção da inclusão digital. Eles citam um caso, o plano governamental de ampliação de acesso a banda larga que favoreceu significadamente comunidades nativas. Eles ratificam que ações políticas podem adiantar ou retardar processos de inclusão social e desenvolvimento dos cidadãos.

Helsper (2008) realizou um trabalho relacionando exclusão social com exclusão digital. Segundo a autora, o acesso facilitado e o uso das TIC's podem melhorar as diferenças sociais. Para isso, sua pesquisa apontou a necessidade de fortalecer três fatores importantes: a-) melhoria a qualidade no acesso às TIC's; b-) pessoas possuírem habilidades digitais; c-) disposição das pessoas para manusearem TIC's. Pela perspectiva social, ela aponta que antes de combater a exclusão digital é necessário dar suporte às pessoas em nível de instrução (alfabetização, letramento). Ela indica também que as políticas sociais são ineficazes sem o engajamento digital, uma vez que as TIC's

governamentais não conseguem atingir com amplitude as pessoas excluídas. Pela perspectiva digital, ela aponta que o potencial da internet não é tão bem explorado para contribuir para a exclusão e que, também, a qualidade para acesso é absolutamente essencial. Demo (2005) também aponta que os impactos da exclusão digital são bem significativos socialmente. Ele faz uma relação entre inclusão digital e inclusão social, estabelecendo uma dependência entre eles.

Gandra (2012) realizou um trabalho sobre inclusão digital e pessoas idosas. O objetivo desse trabalho foi identificar como as pessoas idosas percebem e descrevem suas experiências com a inclusão digital e, também, quais são os efeitos da inclusão digital em suas vidas. A autora menciona que é difícil determinar um significado preciso para “inclusão digital”, uma vez que há várias perspectivas diferentes sobre o tema, entre elas, a perspectiva tecnológica e a perspectiva social. Ela ressalta que inclusão digital não delimita somente ao acesso, sendo necessário enfatizar as habilidades dos usuários para uso das TIC’s. Sobre a percepção das experiências adquiridas pelas pessoas idosas, os resultados desse trabalho apontaram três categorias: a-) pessoas idosas que reconhecem avanços por fazerem uso de TIC’s; b-) pessoas idosas que reconhecem a necessidade de adquirirem mais habilidade para uso das TIC’s; c-) pessoas idosas que já se consideram incluídas digitalmente, mesmo não atingindo alguns indicadores (Gandra, 2012 *apud* Pinheiro, 2007). Sobre a descrição sobre inclusão digital por pessoas idosas, os resultados desse trabalho apontaram duas categorias: a-) pessoas idosas descreveram que, para alcançar a inclusão digital, é necessário ter acesso e uso das TIC’s; b-) pessoas idosas descreveram que para alcançar a inclusão digital é necessário apropriação de novas tecnologias e convertê-las no cotidiano. Sobre os efeitos da inclusão digital, os resultados desse trabalho apontaram os efeitos em duas perspectivas: 1-) efeitos da inclusão digital no comportamento informacional; 2-) efeitos da inclusão digital nas formas de sociabilidade. Para os efeitos da primeira perspectiva (1), foi possível classificar em quatro categorias: a-) migração de práticas informacionais para o meio digital, com abandono de outros meios; b-) incorporação efetiva dos meios digitais, sem abandono de outros meios; c-) uso esporádico de meios digitais, com preferência a outros meios; d-) não incorporação de meios digitais. Para os efeitos da segunda categoria (2), foi possível classificar em duas categorias: a-) incorporação e uso efetivo das ferramentas sociais digitais; b-) incorporação pouco efetiva para uso de ferramentas sociais digitais.

Os indicadores citados na pesquisa de Gandra (2012) referem-se aos dados apontados por Pinheiro (2007). Ela realizou um trabalho que objetivou-se descrever a avaliar os indicadores adotados por programas governamentais oficiais de infoinclusão. Nesse trabalho, Pinheiro relaciona os conceitos de inclusão digital, infoinclusão e inclusão sócio-informacional. Segundo ela, o conceito de “inclusão digital” é muito vago, não tendo ainda uma definição clara. Ela afirma que esse conceito só poderia ter um significado mais robusto se considerar as habilidades que os indivíduos precisam ter para lidar com as massas complexas de informações geradas através da tecnologia. Nessa linha de pensamento, Pinheiro aborda o conceito de competência informacional (*information literacy*): “domínio sobre o universo informacional, incorporando habilidades, conhecimentos e valores relacionados à busca, acesso, avaliação, organização e difusão da informação e do conhecimento” (*apud* Dudziak, 2002).

Inclusão digital e competência informacional foi tema do trabalho de Duarte (2009). Ela objetivava em seu trabalho avaliar as alterações de comportamento

informacional de indivíduos submetidos à inclusão digital. Para isso, ela fez uma análise e classificou a inclusão digital em três níveis: a-) inclusão digital (alfabetização digital); b-) inclusão informacional (letramento digital); c-) inclusão social. Segundo a autora, o primeiro nível envolve habilidades e competências para operar e se comunicar através de TIC's. Inclui compreensão sobre seus equipamentos (hardware), programas e softwares de uso. O segundo nível engloba a construção do conhecimento, onde espera-se que o usuário localize informações em ambientes digitais, interprete, relacione e use-as conforme a necessidade. O terceiro nível está relacionado a sociabilidade, ou seja, como o usuário pode utilizar o conhecimento adquirido de modo que possa compartilhar e socializar com as demais pessoas.

Stallman (2010) apresentou um trabalho refletindo o tema inclusão digital. Para ele, a inclusão digital supõe-se ser algo bom, contudo, esse “bom” irá depender do contexto mundial. Stallman destaca que há seis ameaças que podem influenciar o contexto mundial: 1-) vigilância: refere-se aos objetos conectados (“internet das coisas”) e a disponibilidade de dados pessoais na rede mundial de computadores, no qual, possibilita que as pessoas fiquem expostas à vigilância de terceiros e/ou governo; 2-) censura: o autor cita que já existe censura parcial em países como China, Dinamarca, Austrália, Índia, Estados Unidos e alguns países da Europa; 3-) software proprietário: o autor defende o uso de software livre, pois isso possibilita liberdade para os usuários desfrutarem os recursos dos programas. Em softwares proprietários, os usuários ficam dependentes dos proprietários do software, quanto a controle, atualizações entre outros; 4-) formatos restritos: arquivos que possuem formatos restritos impedem a difusão da informação e comunicação; 5-) software como um serviço: a prática do software como um serviço (SaaS) possibilita que usuários não tenham a necessidade de instalar software(s) em suas máquinas, para eles usarem os serviços, precisam autenticar e enviar seus dados para um servidor. A ameaça, segundo o autor, refere-se à obrigatoriedade de autenticação e na possibilidade dos dados serem extraviados; 6-) direitos autorais: o recurso “compartilhar” que é bastante utilizado nos dias atuais através da internet permite, segundo o autor, possibilidades de infrações de direitos autorais, pois muitas vezes, materiais são disseminados através da internet sem dar os devidos créditos a seus autores. Stallman conclui seu trabalho dizendo que é necessário combater essas prováveis ameaças de modo que elas não comprometam os benefícios que podem ser alcançados com a inclusão digital. Para isso, ele recomenda alterações nas leis, uso de softwares livres, não uso de softwares proprietários e a não a prática de autenticação/identificação em sites.

Figueredo *et al* (2012) apresentaram um trabalho sobre inclusão digital e relacionaram com a pobreza. Segundo eles, a inclusão digital pode ser um atalho para erradicar a pobreza e promover a justiça social. Citam que há dois estágios para serem alcançados: o letramento digital e a capacitação. Para isso, recomendam o uso de dispositivos móveis em vez de computadores pessoais. Segundo eles, computadores pessoais foi, por muito tempo, a porta de entrada para se aprender a lidar com tecnologia, no entanto, há várias barreiras que podem prejudicar o aprendizado: analfabetos digitais podem ter sérias dificuldades em manusear vários periféricos, o mouse é um periférico complicado para pessoas idosas, o teclado é terrivelmente complexo, entre outros. Já os dispositivos móveis, possuem interface altamente sofisticada, possibilitando aprendizado mais rápido em relação a computadores. Dispositivos móveis podem agregar aplicativos que despertam interesse dos usuários,

fato que pode facilitar o aprendizado. Contudo, os dispositivos móveis podem ter alguns desafios a serem superados, como o custo dos equipamentos e a largura de banda de internet.

Poveda (2016) apresentou um trabalho comparativo entre dois projetos de inclusão digital, um projeto denominado CDI (Comitê para Democratização da Informática) e um outro denominado jovem.com. O projeto CDI seguia uma metodologia pedagógica crítica, no qual buscava instigar nos participantes o entendimento do problema, para depois então utilizar os recursos/ferramentas de TIC como solução. Já o projeto jovem.com seguia uma metodologia tradicional, ou seja, aquela que visava única e exclusivamente na capacitação dos participantes para uso de recursos/ferramentas de TIC. A conclusão feita por Poveda foi que ambos projetos conseguiram capacitar os participantes a lidarem com TIC, porém, os participantes do projeto CDI tiveram êxito maior no entendimento e senso crítico a respeito de TIC. Desta forma, Poveda faz as seguintes recomendações para pessoas que desenvolvem ou irão desenvolver iniciativas para inclusão digital: a-) focalizar nas necessidades dos participantes e seus respectivos contextos; b-) concentrar-se nas capacidades dos participantes em raciocinar, problematizar e tomar decisões quanto ao uso de TIC; c-) fornecer um espaço agradável para os participantes que irão aprender a lidar com TIC; d-) ampliar a compreensão dos participantes quanto a TIC e sobre o que se é possível fazer com ela; e-) focar o aprendizado dos participantes visando suas necessidades e não somente a capacitação em si.

Silva *et al* (2015) citaram que a definição do conceito inclusão digital não é tão simples como se imagina. Não basta apenas fornecer o acesso e capacitação simplificada. Eles reforçam que é necessário promover o entendimento dos usuários quanto ao uso de produtos e serviços digitais. Segundo eles, o usuário não precisa saber somente operar, ele precisa saber o que fazer com as informações digitais no qual tem acesso.

Filho (2003) afirma que inclusão digital é um tema que deve ser trabalhado em processos educacionais. Desta forma, ele recomenda que o tema seja inserido em escolas e em projetos pedagógicos, visando a formação tecnológica das pessoas desde o cedo. Marcon e Carvalho (2015) apresentam os resultados de suas pesquisas onde avaliaram educadores em plataformas de ensino a distância (EaD). O objetivo deles foi avaliar se o corpo docente considera a EaD como uma ferramenta potencial para inclusão, além de investigar as práticas pedagógicas.

Carvalho (2003) defende que princípios de Interação Humano Computador (IHC) devem ser mais potencializados em cursos ligados à Computação, visando promover profissionais mais capacitados em desenvolver sistemas que favoreçam o entendimento de pessoas iniciantes. Segundo ele, isso poderá favorecer a inclusão digital. Ferreira *et al* (2017) citam que inclusão digital foi considerado um dos grandes desafios da comunidade de IHC em 2012. No trabalho deles, eles relatam os avanços nos trabalhos científicos publicados desde então, ratificando as iniciativas voltadas principalmente para acessibilidade digital. Também indicam outros desafios que ainda precisam ser superados pela comunidade.

Karthik *et al* (2016) apresentam um estudo de caso que descreve uma abordagem colaborativa baseada na família com algum tipo de treinamento para agricultores com deficiência. Eles citam os aplicativos do Facebook (2018) e Whatsapp

(2018) como abordagens colaborativas que contribuem para inclusão. Fiorini *et al* (2017) apresentam o uso positivo de jogos em iniciativas de inclusão digital de pessoas idosas. Segundo eles, os jogos conseguem atrair a atenção e o interesse dos alunos que participaram da iniciativa. Gore *et al* (2012) apresentam os resultados de suas pesquisas ao utilizarem redes sociais em iniciativas de inclusão digital em zonas rurais. Segundo eles, os resultados são positivos e os autores indicam observações necessárias para o uso em conjunto de dispositivos móveis.

3. Resultados Quantitativos: Teses e Dissertações no Brasil que Abordam o Tema

O método adotado para fazer um levantamento de dados de teses (doutorado) e dissertações (mestrado) foi análise no site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Essa análise consistiu no uso de filtros de classificação e de palavras-chave. Os dados foram extraídos e inseridos na sequência em planilhas, onde foi possível fazer cruzamento de informações e gerações de gráficos. A coleta de dados no site ocorreu entre os dias 10 e 30 de março de 2018.

A primeira pesquisa feita no site da Biblioteca Digital foi o uso da palavra-chave “inclusão digital” em qualquer parte do texto das teses e dissertações. O resultado apontado pelo site foi o quantitativo de 1086 trabalhos, sendo 756 dissertações de mestrado e 330 teses de doutorado. Pelas informações apontadas pelo site, desses 1086 trabalhos, 46,4% são da área Ciências Sociais Aplicadas; 31% são da área Humanas; 6,1% são da área Ciências Exatas e da Terra; 4,2% são da área Linguística; 3,9% são da área Ciências da Saúde; 3,4% são da área Engenharias e 2,5% de outras áreas.

Os resultados apontados nessa primeira parte da pesquisa podem não ser totalmente confiáveis, pois como a palavra-chave pode aparecer em qualquer parte do texto, os autores podem ter citado em uma contextualização, contribuições secundárias entre outros. Desta forma, foi feita uma segunda parte da pesquisa. Nela, consistiu em filtrar os trabalhos que incluem “inclusão digital” no título do trabalho. Entende-se que assim há grandes possibilidades dos trabalhos estarem propondo ações efetivas voltadas especificamente para o tema.

Os resultados dessa segunda parte da pesquisa indicaram um quantitativo de 142 trabalhos, sendo 105 dissertações de mestrado e 37 teses de doutorado. Todos esses trabalhos foram conferidos um a um, checando inclusive as áreas de conhecimento. Essa verificação de área foi em consonância com a tabela da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (2018). O Gráfico 1 apresenta o percentual de cada área nessa pesquisa.

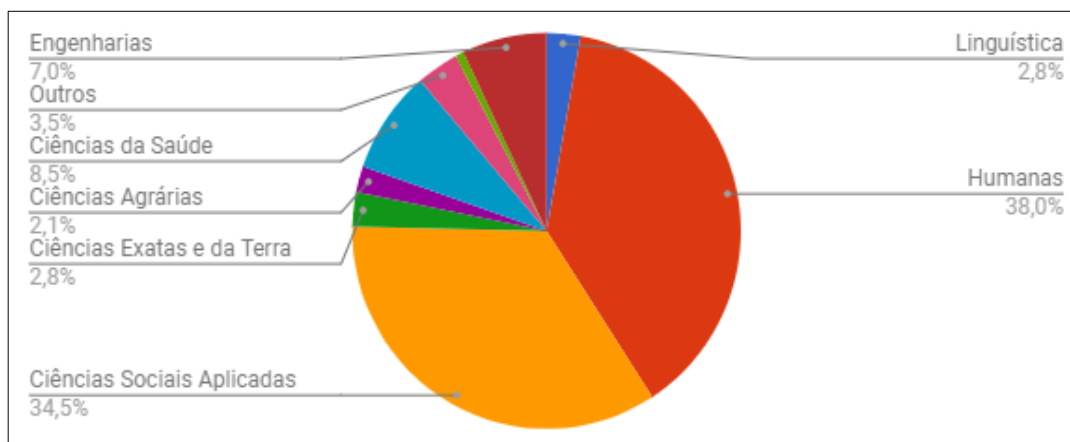


Gráfico 1: Distribuição por área dos trabalhos de teses e dissertações que incluem “inclusão digital” no título

Pelos resultados demonstrados no Gráfico 1, observa-se que os trabalhos da área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas têm maior participação no tema, superando inclusive a soma do percentual de todas as demais áreas. A Ciência da Computação, subárea das Ciências Exatas e da Terra tem participação baixíssima, ficando com percentual de apenas 2,8% dos trabalhos.

Com os resultados indicados na segunda parte da pesquisa, foi possível fazer um levantamento considerando os anos em que os trabalhos foram defendidos (publicados). Observa-se que do ano 2000 à 2007 houve um crescimento no quantitativo de trabalhos. De 2007 à 2010 houve uma queda, de 2010 à 2012 um novo crescimento e de 2012 até os dias atuais nova queda. O Gráfico 2 apresenta esses resultados. Nota-se que há, pelo menos, cinco anos o tema tem (teoricamente) perdido o foco nas pesquisas dentro da academia. No entanto, o problema da exclusão digital prevalece e não tem apontado sinais de avanços, conforme citado nas referências da seção 2.



Gráfico 2: Anos em que as teses e dissertações com o tema no título foram publicadas

4. Conclusões

Este artigo apresentou uma revisão na literatura para o tema “inclusão digital”. Foram analisados vinte artigos científicos publicados entre os anos 2002 e 2017. Esses trabalhos podem ser categorizados conforme suas abordagens, sendo: 1-) *acesso físico*: três trabalhos indicam que a internet é requisito básico de acesso para as pessoas em processo de inclusão. Um trabalho indicou que o uso de dispositivos móveis em vez de computadores pessoais pode ser mais um caminho mais fácil de prover inclusão; 2-) *habilidades*: cinco trabalhos questionaram o entendimento mais exato do termo inclusão digital e debateram a questão da habilidade que a pessoa deva possuir para que ela seja considerada incluída. Esse entendimento de habilidade está relacionado à competência informacional; 3-) *propostas*: quatro trabalhos direcionavam para propostas visando a inclusão. Nessas propostas incluíam a inserção do tema em projetos pedagógicos de curso, capacitação de docentes, maior capacitação dos graduandos em Ciência da Computação e maior atenção nas questões de acessibilidade e usabilidade digital; 4-) *iniciativas*: quatro trabalhos relataram iniciativas realizadas visando inclusão. Nessas iniciativas foram utilizadas redes sociais, rede de comunicação e compartilhamento, demandas dos aprendizes e método tradicional de ensino (sala de aula); 5-) *contribuições*: três trabalhos abordaram as contribuições que a inclusão digital pode ocasionar, especialmente relacionada a parte social das pessoas.

A conclusão desta revisão é que o tema inclusão digital não possui uma definição específica que permita estabelecer os limites. Observa-se o tema se modifica com o passar dos anos. No passado, o entendimento era prover essencialmente acesso aos produtos digitais. Nota-se, pelos trabalhos, que o acesso está superado, a preocupação quanto a isso está em torno da internet. Prover internet tende a ser algo primordial quando se trata de inclusão. Nota-se também que os trabalhos indicam a importância do sujeito adquirir habilidades e competência para usar os recursos digitais. Para boa parte dos autores, não basta ensinar o sujeito a manusear, ele precisa entender como usar e para quê usar a tecnologia. Nesse aspecto, observa-se que o uso de aplicativos de redes sociais e Whatsapp podem ser motivadores para as pessoas iniciantes. Isso também reforça o uso de dispositivos móveis em vez de computadores, tema inclusive de um dos trabalhos.

Quanto a segunda parte do artigo, objetivou-se identificar a quantidade de trabalhos e as áreas do conhecimento que abordam o tema inclusão digital em trabalhos de mestrado e doutorado no Brasil. Os resultados dessa pesquisa identificou que há uma queda desde 2012 com relação a quantidade de trabalhos. O tema (problema), como um todo, ainda não foi solucionado. Porém, essa informação de queda tende a não ser uma projeção satisfatória para a sociedade. Quanto as áreas do conhecimento, entendia-se que a Ciência da Computação poderia ser uma área que apontasse/indicasse maior quantidade de iniciativas/propostas visando prover a inclusão digital. Baseado nos resultados desta pesquisa, observa-se que ocorre ao contrário, a contribuição de trabalhos das Ciências Exatas e da Terra é baixíssima. As maiores contribuições para o tema, pelo menos no Brasil, estão sendo feitas pelas áreas de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Referências

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, (2018),

<http://bdttd.ibict.br/vufind/>.

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2018) Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>.
- Carvalho, J. O. F., (2003), “O Papel da Interação Humano Computador na Inclusão Digital”, Revista Transinformação. Campinas. 15 edição.
- Cik, V. K., Zagar, D., Grgic, K. (2015) “Optimised broadband Internet access solutions for digital inclusion of small rural communities”, 13th International Conference on Telecommunications (ConTEL).
- Demo, P., (2005), “Inclusão Digital - Cada Vez Mais no Centro da Inclusão Social”, Revista Inclusão Social. Brasília.
- Duarte, A. B. S., (2009), “Inclusão Digital e Competência Informacional: Estudo de Usuários da Informação Digital”. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.
- Dudziak, E., (2002), “Information Literacy: Uma Revolução Silenciosa, Diferentes Concepções para a Competência em Informação”. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. FEBAB.
- Ferreira, S. B. L., Sacramento, C., Alves, A. S., Leitão, C. F., Maciel, D. R., Matos, S. N., Britto, T. C. P., (2017), “Accessibility and Digital Inclusion: Utopia or a Great Challenge?”, IHC 2017 Proceedings of the XVI Brazilian Symposium on Human Factors in Computing Systems.
- Filho, A. M. S., (2003), “Os Três Pilares da Inclusão Digital”, Revista Espaço Acadêmico.
- Figueiredo, M., Prado, P., Kframer, M.,(2012), “Overcoming Poverty Through Digital Inclusion”. IEEE Computer Society.
- Fiorini, J. M., Barros, M. J. R., Bento, E. B., (2017), “Gamification to promote digital inclusion of the elderly”, 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI).
- Gandra, T. K.; (2012), “Inclusão Digital na Terceira Idade: Um Estudo de Usuários sob a Perspectiva Fenomenológica”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Gore, K., Lobo, S., Doke, P., (2011), “GappaGoshti™: Digital Inclusion for Rural Mass”, Fourth International Conference on Communication Systems and Networks (COMSNETS 2012).
- Hashim, R., Idris, K. S., Ustadi, Y. A., Baharud-din, Z., (2011), “Digital inclusion among the indigenous people (orang asli Semai) of Perak, Malaysia”, IEEE International Conference on Computer Applications and Industrial Electronics (ICCAIE).
- Helsper, E. J.; (2008), “Digital Inclusion: an Analysis of Social Disadvantage and the Information Society”. Department for Communities and Local Government. London. UK.
- Karthik, S., Tiwari, N., Rajput, P., (2016), “Digital Inclusion for the Differently-abled Farmers”, IEEE International Symposium on Technology and Society (ISTAS).

- Marcon, K., Carvalho, M.J.S., (2015), “Digital inclusion and distance learning: Understanding and practice in the initial training of educators”, International Symposium on Computers in Education (SIIE).
- Pinheiro, M. M. K., (2007), “Observatório da Inclusão Digital: Descrição e Avaliação dos Indicadores Adotados nos Programas Governamentais de Infoinclusão”. VIII ENENCIB. Salvador-BA.
- Poveda, S. C., (2016), “How Can Digital Inclusion Promote Social Change? Exploring Two Brazilian Case Studies”. ICTD. Michigan. USA.
- Silva, H., Jambeiro, O., Lima, J., Brandão, M.A., (2005), “Inclusão Digital e Educação para Competência Informacional: uma questão de ética e cidadania”, Revista Ciência da Informação. V. 34.
- Silveira, S. A. (2005) “Inclusão Digital, Software Livre e Globalização Contra-Hegemônica”, http://www.softwarelivre.gov.br/artigos/artigo_02/.
- Stallman, R., (2010), “Is Digital Inclusion a Good Thing? How Can We Make Sure It is?”, IEEE Communications Magazine.